

AMIT BHADURI

PARADOXOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE

Desenvolvimentos históricos são sempre multifacetados. Processos econômicos, políticos e sociais se entrelaçam de maneira inextrincável no curso do desenvolvimento. A “economia de desenvolvimento” se torna estéril sem a compreensão das políticas desenvolvimentistas que a acompanham e que envolvem a interação do Estado com os principais agentes. No centro desse processo político-econômico está o papel exercido pela industrialização, tema cujo debate se preocupa essencialmente com os fatores econômicos e políticos que devem ser moldados de modo a contribuir para a transformação da economia, política e sociedade. Não deve ser trivializada simplesmente em estatísticas de taxas de crescimento do PIB.

Até o recente colapso financeiro havia um clichê amplamente aceito de que a economia de mercado capitalista era boa para criar riqueza, mas não tão boa para distribuí-la. Essa peça de sabedoria convencional despreza o fato inconveniente de que o modo como a riqueza é criada determina em grande parte a forma como ela será distribuída. Ideias tais como criar riqueza promovendo corporações e em seguida distribuir essa riqueza por meio de ações do Estado, como impostos altos – ou por intermédio da responsabilidade social corporativa –, evitam a questão real por uma razão simples. Se o Estado quer que as corporações criem riqueza, também precisa fornecer uma estrutura de apoio institucional e de incentivo não apenas para se beneficiar, mas também para exercer controle sobre o processo de produção e de distribuição gerados por essa riqueza. A ideia de que os benefícios do crescimento de algum modo “respingariam até as camadas mais baixas”, mesmo sem uma ação pública firme, foi lançada para confundir essas questões.

Nas últimas duas décadas, dois dos maiores e mais populosos países do mundo – China e Índia – cresceram em níveis consideravelmente mais altos do que a média mundial. Nos últimos anos, a taxa de crescimento do produto nacional da China tem sido cerca de três vezes a média mundial, enquanto a da Índia é de aproximadamente duas vezes. Isso levou a uma perspicaz defesa da globalização por parte de um antigo economista chefe do FMI (Stanley Fisher). Ainda que a China e a Índia sejam os dois únicos países entre 150 nações cujas informações estão disponíveis, esse economista nos lembrou que, juntos, eles representam a maioria dos pobres do mundo. Isso significa que, mesmo que os países ricos e pobres não estejam convergindo em termos de renda *per capita*, a taxa de crescimento deles –

muito superior à mundial – indica que a fase atual da globalização está reduzindo a desigualdade e pobreza mundial a níveis sem precedentes.

Meias verdades estatísticas podem às vezes causar mais danos do que inverdades. E essa pode ser uma delas, pelo menos no caso indiano. Uma vez que os cidadãos da Índia podem expressar suas opiniões com razoável liberdade, pelo menos na época das eleições, seus vereditos eleitorais do regime de alto crescimento deveriam ser positivos, mas quase sempre são negativos. É por isso que se repete um padrão previsível. No período imediatamente anterior às eleições, o governo anuncia medidas populistas a favor dos pobres, mas essas medidas são geralmente esquecidas logo depois do pleito.

Qual é exatamente a natureza desse alto crescimento, paradoxalmente flutuando no ar estatístico sem base popular? A Índia há muito se acostumou com grande pobreza coexistindo com crescimento moderado, e continua a ter entre um terço e um quarto de sua população vivendo em condições sub-humanas. Nas duas últimas décadas, o número de indianos condenados à pobreza absoluta caiu lentamente, mas ainda assim continuam a existir cerca de 303 milhões de pessoas na miséria. Por outro lado, a China se saiu melhor: o número dos pobres absolutos caiu de 53% para 8%, uma redução de 45 pontos percentuais, um grande feito se comparado, na melhor das hipóteses, aos 17 pontos percentuais da Índia. Contudo, ainda que a China tenha crescido mais rapidamente, a desigualdade e a pobreza relativa também cresceram mais velozmente do que na Índia. Alguns dizem que a crescente distância entre os segmentos mais ricos e mais pobres da sociedade chinesa nos últimos anos foi uma das piores registradas na história econômica recente, exceto, talvez, do ocorrido nos antigos países socialistas logo após o colapso da União Soviética. A participação na renda nacional dos 20% mais pobres da população chinesa contemporânea é 5,9%, comparados com 8,2% na Índia. Isto significa que os 20% mais pobres da China e da Índia recebem cerca de 30% a 40% da renda *per capita* média de seus países. Contudo, os 20% mais pobres da Índia estão em situação melhor em termos relativos, mas pior em termos absolutos, porque a China tem o dobro da média da renda *per capita* da Índia em termos de poder de compra e dólar. O coeficiente Gini da China cresceu para um valor próximo a 0,50 (em 2006), um dos mais altos do mundo. A desigualdade também cresceu na Índia, mas de modo menos dramático. Entre 1993-1994 e 2004-2005, o coeficiente subiu de 0,25 para 0,27 nas áreas urbanas, e de 0,31 para 0,35 nas áreas rurais. As dimensões de desigualdade, entre as regiões, entre profissões e setores, e particularmente entre áreas urbanas e rurais,

também cresceram rapidamente em ambos os países, até mais rápido na China do que na Índia. Resumindo, a China se saiu melhor do que a Índia na redução de pobreza absoluta e taxa de crescimento, mas permitiu que a distância entre ricos e pobres aumentasse mais rapidamente durante seu período recente de alto crescimento.

Um fato central se destaca. Apesar de vastas diferenças nos sistemas políticos dos dois países, a desigualdade crescente é um fator comum que acompanha o crescimento acima da média. Pelo menos no caso da Índia, podemos identificar três importantes aspectos nos quais o crescimento e a desigualdade crescente estão conectados. Em primeiro lugar, em contraste com o passado – quando menos de 4% de crescimento, em média, estava associado a 2% do aumento de empregos –, a Índia experimenta uma taxa de crescimento de cerca de 7-8%, mas o aumento de empregos regulares mal superou 1%. Isto significa que a maior parte do crescimento, cerca de 5-6% do PIB, não vem da expansão de empregos, mas, sim, de melhor desempenho do trabalhador ou da produtividade laboral. De acordo com estatísticas oficiais, entre 1991 e 2004 os empregos diminuíram no setor público organizado, e o setor privado organizado não conseguiu compensar a queda. No setor corporativo, e em algumas indústrias organizadas, o crescimento da produtividade vem basicamente da mecanização e de jornadas mais longas de trabalho. Edward Luce, do *Financial Times* (Londres), relatou que na metalúrgica Jamshedpur, o gigante corporativo Tata empregava 85 mil trabalhadores em 1991 para produzir 1 milhão de toneladas de aço, que valiam US\$ 0,8 milhão. Em 2005, a produção cresceu para 5 milhões de toneladas, valendo cerca de US\$ 5 milhões, com apenas 44 mil trabalhadores, o que significava um aumento de dez vezes da produtividade por trabalhador. De modo similar, entre 1999 e 2004, a Tata Motors, em Pune, reduziu o número de trabalhadores de 35 mil para 21 mil, mas cresceu a produção de veículos de 129 mil para 311 mil – o que indica um aumento de quatro vezes na produtividade por trabalhador. Stephen Roach, economista chefe da Morgan Stanley, relatou casos similares na fábrica de motocicletas Bajaj, que empregava 24 mil trabalhadores para produzir 1 milhão de unidades em meados da década de 1990. Ajudada pela robótica japonesa e pela tecnologia de informação indiana, conseguiu, em 2004, que 10.500 trabalhadores fizessem 2,4 milhões de unidades, um aumento de seis vezes na produtividade por trabalhador. Pode-se continuar com muitos outros exemplos dessa “eficiência” alcançada graças à mecanização e à redução de trabalho realizadas no mundo

corporativo, mas as implicações macroeconômicas dessa microeficiência nas fábricas raramente são apontadas.

O aumento da produtividade no trabalho, sem o aumento correspondente de recompensas e de salários, gera enorme lucro e melhora a competitividade internacional de preços em um mundo globalizado. Contudo, essa não é toda a história, talvez não seja sequer a parte mais importante da história. Na Índia, todo o setor organizado representa menos de um décimo da força de trabalho e o setor corporativo cerca de um terço disso, ou quase 4%. Por simples aritmética, um crescimento anual de 5-6% de produtividade na economia inteira só é possível se o setor não organizado – representando os 90% restantes da força de trabalho – também contribuir com o crescimento na produtividade. Não estão disponíveis informações diretas, mas vários microestudos e pesquisas indicam que o crescimento da produtividade laboral no setor não organizado – incluindo a maior parte da agricultura – vem do aumento de horas de trabalho, uma vez que esse setor não tem leis trabalhistas eficazes ou seguro social para proteger trabalhadores, enquanto a categoria de autônomos, totalizando 260 milhões de pessoas, explora a si mesma e às suas famílias para sobreviver. Esta é a categoria que mais se expande no regime de alto crescimento. A subcontratação no setor não organizado, aliada à casualidade do trabalho em grande escala, tornou-se outro esquema conveniente para garantir jornadas mais longas sem custo maior.

O crescimento lento de empregos regulares é particularmente perigoso em uma democracia pobre como a Índia, porque reduz a mobilidade social e aumenta o descontentamento. Contudo, a desigualdade tem um aspecto pior do que o desemprego crescente. Os governos federais e estaduais da Índia convergem em uma ideia oposta ao do Estado de bem-estar social. Ao invés de usar o Estado para moderar o impacto negativo do mercado sobre os pobres, fornecendo o básico para viverem, o governo promove o alto crescimento, destruindo muito mais modos de vida do que criando emprego. Os recursos naturais da Índia – solo, água, litoral e florestas – são exigidos pelo governo em nome do “interesse público” e entregues, geralmente, a corporações privadas para mineração, industrialização e criação de zonas econômicas especiais. Assim, a competitividade internacional é promovida não apenas no chão da fábrica, mas muito além da fábrica, criando centenas de milhares de refugiados internos, expulsos de seus lares, terras e modos de vida. Eles geralmente são os aborígenes e estão entre os mais pobres que viveram nessas terras por séculos. Como na China, na Índia também há milhares de movimentos de resistência locais,

grandes e pequenos, e essa dimensão política e ambiental do alto crescimento é cada vez mais visível em ambos os países.

Contudo, a desigualdade na Índia é exacerbada por outra razão. A abertura cada vez maior da economia indiana às finanças internacionais resultou na paralisação de muitas das políticas públicas de apoio aos pobres. Apesar de a Índia importar mais do que exporta (ao contrário da China), sua confortável posição em reservas estrangeiras, ultrapassando os US\$ 230 bilhões em 2008, é principalmente resultado de investimentos de portfólio acumulados e ingresso de capital de curto prazo de várias instituições financeiras internacionais. É um equilíbrio delicado, uma vez que as políticas fiscais e monetárias do governo devem agir de acordo com os interesses dos mercados financeiros para evitar evasão de capital. Assim, temos um Ato de Responsabilidade Financeira e Gerenciamento de Orçamento (2003) restringindo o gasto do déficit, e ganhou força a ideia de que o governo deve aumentar os recursos por meio de privatizações e das chamadas parcerias público-privadas. Medidas que agitam o “sentimento” dos mercados financeiros – como aumentar o déficit fiscal, impondo um imposto de transação de títulos – são postas de lado. A ideologia raramente debatida publicamente, mas vigorosamente buscada por governos de todas as cores, é manter a felicidade dos grandes empresários do setor público nos mercados financeiros. Contudo, uma vez que os bancos privados e instituições financeiras costumam seguir o FMI e o Banco Mundial, isso implica que essas agências multilaterais têm poder considerável na direção de políticas do governo, enquanto o fardo de tais políticas é colocado sobre os pobres do país. A desigualdade e o sofrimento crescem enquanto “disciplina” imposta pelos mercados financeiros, e as instituições de Bretton Woods exigem que o Estado encolha e privatize áreas de serviço social como saúde e educação básicas, assim como a distribuição pública de alimentos.

O impressionante na dinâmica de crescimento em andamento é que é alimentada continuamente pela desigualdade crescente. Mais de três, em quatro indianos, não têm uma renda diária de US\$ 2. Eles mal conseguem fazer parte de um mercado crescente que atende aos 25% mais ricos da população. Contudo, a lógica – ditada pelo poder de compra – é produzir bens para os quais há demanda bastante; então, os preços altos podem ser praticados, com belos lucros. Com a desigualdade mais alta, a renda dos 15-20% mais ricos cresce rapidamente e esse grupo afortunado de indianos procura produtos que estão além das condições da maioria da sociedade. Conforme a renda das seções privilegiadas cresce rapidamente, o mercado para produtos de luxo que elas

exigem cresce ainda mais rápido por meio da operação de “elasticidade de renda de demanda”, que mede o crescimento de demanda de um determinado produto graças ao aumento de 1% da renda em preços constantes. Como vários estudos mostraram, esses produtos, tipicamente enquadrados como “luxo” ao invés de “necessidades”, têm elasticidade de receita maior do que a unidade. Assim, a demanda cresce consideravelmente mais rápida do que até mesmo a renda das parcelas mais ricas. E a maioria desses produtos não pode ser feito por produtores menores no setor não organizado ou por artesãos de vilas. Eles geralmente exigem muito mais energia, água e recursos minerais processados por valor de unidade. Assim, a maioria é expulsa do mercado, tanto como produtores como consumidores, enquanto a crise ambiental piora. E no centro do processo de crescimento existe um mecanismo de reforço mútuo de *feedback* positivo entre a desigualdade e a taxa de crescimento, ambas progressivas, cada uma alimentando a outra para traçar uma trajetória de alto crescimento que, por sua própria natureza, deve afetar cada vez mais o sistema democrático da Índia.

Entretanto, em um cenário global isso é levado ao paradoxo supremo. Décadas de alto crescimento melhoraram o status internacional político e econômico da Índia, e um fortalecimento do nacionalismo e da autoconfiança é visível na classe média. A Índia hoje tem maior poder de barganha internacional se decidir usá-lo, e isso pode contribuir para a maior igualdade internacional de muitos modos. Contudo, isso é alcançado a custo da crescente desigualdade interna e de uma marginalização maior de seus cidadãos mais pobres. Talvez este seja o paradoxo supremo de um processo de crescimento em um país em desenvolvimento que depende criticamente da globalização guiada pelo mercado.